

ALCA 2001: a instabilidade política e a crise econômica na América Latina

*Antonio Carlos Fraquelli**

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ocupa lugar de destaque nos debates políticos e econômicos do continente americano no início deste século, seja pelas exigências prévias que a idéia impõe, seja pelas restrições que progressivamente foram identificadas pelos seus críticos.

Da parte do governo norte-americano, três objetivos parecem ter sido fixados ao início da gestão Bush, de acordo com a opinião de Peter Aikim (Leite, 2001a), presidente de uma entidade sediada em Washington, a Inter-American Dialogue, que promove seminários agendados em temários de natureza política. Ao comentar a nomeação de John Maisto para importante função administrativa, Aikim afirmou que o diplomata trabalha com três objetivos no Governo Bush, quais sejam, o México, a Colômbia e a ALCA. Embora a especulação em torno dessas metas programadas para a integração continental por parte dos republicanos em Washington, de concreto, sabe-se que os países latino-americanos representam o destino de 21% das exportações norte-americanas, resultado de um desempenho extraordinário nos anos 90. Com a implementação da ALCA, a corrente de comércio inter-regional — que apresentou um crescimento significativo a partir de 1994 — deve avançar ainda mais, pressupondo que haja aliança com parceiros politicamente estáveis.

Neste artigo, pretende-se descrever, sucintamente, alguns aspectos do panorama político e do cenário econômico vigente na América Latina, exclusivamente durante o exercício de 2001, ambiente este que antecede a implementação da ALCA. Busca-se, também, identificar as crises recentes e as dificuldades decorrentes do esforço de alguns países em honrarem as suas dívidas externas e da opção pela dolarização que algumas nações fizeram recentemente. Ao final, analisa-se a proposta 4 + 1, uma alternativa — ou um complemento — à agenda ALCA original, tema que passou a ser destaque nos círculos locais a partir da crise argentina do corrente ano.

* Economista, Técnico da FEE.

1 - Notas sobre o panorama político regional

A euforia em torno do avanço da democracia na América Latina, vigente no início da década, sofreu percalços de vulto, com os impasses causados, dentre outros, por Fujimori no Peru, por Mahuad no Equador, e por Cubas no Paraguai. Não menos instável se encontram, atualmente, os contextos políticos na Colômbia, na Venezuela e em El Salvador, cujas esferas governamentais se mantêm às voltas com críticas e/ou denúncias que obstaculizam a eficácia das propostas institucionais originais.

Nesta seção, procurou-se elaborar um apanhado de alguns dos principais temas presentes à agenda política do Continente, procurando reunir, em cada item, uma breve descrição de alguns dos principais fatos ocorridos a partir do final do ano 2000.

1.1 - A posição de Washington

O processo democrático em curso tem no relacionamento dos países latino-americanos com os Estados Unidos um condicionamento que não pode ser ignorado. Desde o período entre as duas grandes guerras e, mais enfaticamente durante a Guerra Fria, os Estados Unidos negociaram assistência técnica na área da segurança com os países da América Latina em troca de apoio aos investimentos norte-americanos e de combate ao comunismo na região. Para uma região com poupança interna insuficiente, a condição imposta por quem financia os projetos que impulsionarão o crescimento econômico local deve estar presente à medida que se põe em prática uma reflexão sobre a conjuntura regional. A propósito, Boaventura lembra que a diferença entre o poder militar e o econômico é de uma dimensão tal que, sempre que necessário, o último recorre ao primeiro para fazer prevalecer o seu interesse (Santos, 2001).

No passado recente, os norte-americanos balizaram as suas diretrizes para a América Latina pelo receituário que ficou conhecido como o Consenso de Washington. Em 1989, as recomendações da disciplina fiscal, das privatizações, da desregulamentação financeira, de uma taxa de câmbio competitiva e da liberalização comercial, dentre outras, nortearam a política norte-americana para a região. Posteriormente, em 1996, houve proposições adicionais à agenda, gerando o Consenso de Washington Revisado, que acrescentou à tese original, a necessidade de se dispor de poupança privada adequada, de supervisão bancária efetiva e de abandono da âncora cambial, para uma inserção mais adequada ao processo de globalização. E foi entre a formalização do consenso e da sua revisão que emergiu a proposta da ALCA, por ocasião da assembléia anual do FMI e do BIRD, levada a efeito em Madri, em outubro de

1994. Trata-se da Área de Livre Comércio das Américas, que pretende integrar comercialmente todos os países do Continente e cujo instrumento a ser utilizado consiste na redução progressiva das preferências tarifárias

A par dos avanços da área de livre-comércio, neste ano de 2001 o governo norte-americano tomou outra iniciativa: independentemente do *link* entre segurança e economia, o Presidente George W. Bush propôs, recentemente, a institucionalização de um programa continental, intitulado Parceria da América. Desta vez, o intuito daquela autoridade consiste em levar profissionais locais até a América do Norte para permanecerem em repartições públicas, durante um período de até um ano, a fim de absorverem experiências e as colocarem em prática em todo o território da América Latina. Essa proposta do Primeiro Mandatário norte-americano é notadamente insuficiente para uma região que convive com restrições crescentes na área social. Conforme afirma o escritor mexicano Carlos Fuentes (2001), se uma democracia não proporciona frutos sociais — educação e saúde, dentre eles — à população, há que temer um retorno ao autoritarismo; não mais às ditaduras convencionais, mas à convivência com um novo tipo de caudilhismo, que inclui desde Chávez, na Venezuela, até Castro, em Cuba, sem esquecer a gestão de Fujimori, no Peru. Ao mesmo tempo, é preciso não esquecer que é justamente junto ao presidente venezuelano que se fixou a maior oposição à supremacia da maior economia do mundo deste início de século.

1.2 - A oposição a Washington

Efetivamente, na América do Sul, o Presidente Hugo Chávez, que promove a criação das assembléias populares para respaldar o seu governo, procura fazer frente sistemática aos interesses norte-americanos. A situação entre ambos é de um impasse crescente, mas, segundo Zoellick (2000), há dúvidas se o governo dos Estados Unidos irá minorar o atrito com o presidente venezuelano ou se partirá para um confronto aberto com o adversário.

Em 4 de fevereiro de 1992, o atual presidente liderou uma rebelião militar que fracassou. Eleito em 1998, Chávez submeteu-se a uma nova eleição em julho de 2000, em pleito que teve em Francisco Arias Cárdenas o seu principal opositor. Ao vencer, carregou consigo diversas personalidades venezuelanas que o acompanham em suas posições notadamente anti-Washington. Entre aqueles que o cercam, por exemplo, merece destaque a presença de Ali Rodríguez Araque, o atual Secretário-Executivo da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP).

Em fevereiro deste ano, ao comemorar o segundo aniversário da sua posse na presidência, Chávez associou o evento ao lançamento da pedra fundamental

de uma obra que pretende deixar para a História, qual seja, a da construção da Cidade de Zamora, um empreendimento em homenagem a Ezequiel Zamora, herói de uma guerra civil ocorrida no século XIX. Assim como o Presidente cultua a imagem interna, busca promover, também, uma liderança regional, em uma articulação dúbia perante as autoridades colombianas. E foi nesse contexto, controverso para alguns analistas, que Pastrana e Chávez se reuniram no penúltimo fim-de-semana de março.

A decisão de Chávez em reunir-se com Pastrana tinha a ver com a cobrança imposta pelo último ao primeiro sobre uma suposta ajuda a duas personagens importantes das guerrilhas, German Briceño — irmão do dirigente maior da milícia das Forças Armadas Revolucionárias (FARC) — e José Maria Ballestas — membro do Exército de Libertação Nacional (ELN). No fundo, sob a ótica de Pastrana e de outros órgãos de inteligência do Continente, esta foi uma questão marginal com relação a uma possível utilização do território venezuelano como base para a ação dos revolucionários colombianos. De sua parte, Chávez desmentiu, discordou e divergiu.

1.3 - O conflito armado

Nas cercanias da Venezuela, as dificuldades internas colombianas evidenciam um dos pontos de maior instabilidade política na América Latina. Lá, há quase quatro décadas, a população do país convive com a guerra civil. O governo anunciou o Plano Colômbia em meados de 1998, pressupondo que poderia alcançar o desenvolvimento social concomitantemente à busca da paz. Na oportunidade, propuseram-se negociações ao maior grupo de guerrilhas do país, as FARC, cujo efetivo é de aproximadamente 15 mil homens, tendo o diálogo efetivo acontecido em 1999. No ano seguinte, em julho de 2000, os representantes do governo reuniram-se em Genebra com o segundo maior grupo guerrilheiro, o ELN, que possui efetivo estimado em 5 mil homens, para ouvir e debater a proposta conhecida como o Consenso Nacional, ou seja, a busca da paz via uma solução política.

A estratégia apresentada pelo grupo guerrilheiro iniciaria com a identificação das reformas, teria prosseguimento com a aprovação das mesmas por uma convenção nacional e chegaria ao seu epílogo com a criação de uma assembléia constituinte. O obstáculo inicial correu por conta da escolha do local onde os contatos seriam estabelecidos entre as partes. Em novembro de 1998, o Presidente Andrés Pastrana propôs ao dirigente das FARC, Manoel Marulanda, a desmilitarização de uma área equivalente ao território da Suíça, localizada no sul do país, para ser ocupada por revolucionários colombianos. Em paralelo, em Genebra, e em outra reunião, desta vez com o ELN — dirigido por Nicolas

Rodrigues —, este último reivindicou a ocupação da região de Bolívar, como uma condição prévia para que as negociações com o governo pudessem avançar e chegar a bom termo. A área desmilitarizada ocupada pelas FARC, sob autorização do Presidente Pastrana, deveria, ou não, ser mantida, dependendo de uma decisão que aquela autoridade tomaria até o final de janeiro de 2001. Todavia, nesse interregno, mais precisamente no mês de novembro passado, as conversações foram interrompidas por iniciativa das forças revolucionárias; os argumentos baseavam-se no fato de que o governo era submisso aos movimentos paramilitares conservadores que prestavam serviços de segurança aos proprietários rurais.

E assim, quando a data finalmente chegou — à meia-noite de 31 de janeiro de 2001 —, o exército havia elevado o seu efetivo em 20%, as pesquisas de opinião sinalizavam que 60% dos entrevistados eram contra a prorrogação da vigência em manter a zona desmilitarizada, e a ONU mantinha-se favorável à manutenção do *status quo*. A essa altura, a reação à mudança no enfoque original proposto pelo Presidente Pastrana já havia alterado o rumo, tudo porque o governo se comprometera a extraditar traficantes para a América do Norte. Na ocasião, o governo viu-se obrigado a reverter a sua decisão, face à ameaça à integridade dos juízes. E dessa forma, em janeiro de 2001, o plano colombiano que visava à obtenção da paz já se transformara em uma corrida militar — mais de 60% dos recursos destinados pelos Estados Unidos tomaram o rumo da Colômbia — contra as FARC e os movimentos guerrilheiros; Peru, Equador e Bolívia, dentre outros países, receberiam o complemento do numerário.

O esgotamento do prazo para definir o destino da zona desmilitarizada levou o Presidente Pastrana a prorrogar o mesmo por mais quatro dias e presionar as FARC a voltar às negociações. Sob pressão, Marulanda apresentou razões de segurança e contrapropôs uma reunião para o oitavo dia, tendo apresentado, também, uma agenda para o prosseguimento das discussões. E assim, em fevereiro, o governo e as guerrilhas tinham as suas propostas para a busca da paz. A visão oficial privilegiava a presença de membros da União Européia para participarem das reuniões entre as partes, a busca de um instrumento que viabilizasse a seqüência dos entendimentos sem interrupções decorrentes dos atritos sistemáticos e a criação de um fluxo de informações sobre os acontecimentos ocorridos na área desmilitarizada e a definição de uma proposta que eliminasse a produção de culturas ilícitas na região. Em contraposição, o líder das FARC, Manuel “Tirofijo” Marulanda, esperava trocar soldados feridos por guerrilheiros nas mesmas condições, pretendia discutir os termos da ação dos paramilitares mantidos por proprietários rurais e, por último, propunha debater com o governo a ação norte-americana contra o narcotráfico, materializada no Plano Colômbia.

1.4 - Narcotráfico, corrupção e outras adversidades

Na América Central, as adversidades climáticas têm exigido um apoio sistemático do governo dos Estados Unidos, que busca, com o seu auxílio, criar uma estrada de mão dupla, onde, na contramão, correm os interesses do narcotráfico. Trata-se de uma matéria a que os norte-americanos dedicam atenção especial, porque têm plena consciência de que a América do Norte é o destino final do comércio das drogas. Efetivamente, São Salvador foi atingido por um terremoto — o epicentro localizou-se no Oceano Pacífico — em janeiro deste ano, resultando em uma estimativa de 1.555 vítimas, entre mortos e feridos. Esse número ficou bem aquém do terremoto de outubro de 1986 quando houve 21.500 vítimas, das quais 1.500 foram fatais. Anteriormente, outros países da região foram atingidos por cataclismos, como foram os casos da Guatemala em 1976 e da Nicarágua em 1972 e em 1992.

A utilização de aeronaves para a pulverização das culturas ilícitas na Colômbia desde o final do ano 2000 tem estado no centro das preocupações dos governadores das províncias de Putumayo, Tolima, Nariño e Cauca. Todos acreditam que a fumigação empregada na estratégia norte-americana privilegia a imagem obtida por satélite contra a figura do produtor rural que não tem outra opção a não ser firmar protocolo com os Estados Unidos, visando à permuta presente da área plantada por meios futuros para plantação de outras culturas.

O diagnóstico da situação mostra o presidente colombiano pressionado entre a determinação do Governo Bush em eliminar a fonte de financiamento das guerrilhas e o empenho das FARC em tardar as negociações que dizem respeito às perspectivas da área desmilitarizada do país.

O Peru, que receberá US\$ 32 bilhões do Plano Colômbia, iniciou o corrente ano vivendo mudança no cenário político, com o fim dos desdobramentos do golpe de abril de 1992: a imagem do Professor Valentin Paniagua na presidência do país, substituindo a figura obscura de Vladimiro Montesinos junto à opinião pública, contribuiu para a realização do processo que conduziu Alejandro Toledo nas eleições de 6 de abril passado. Para avaliar o significado da presença de Montesinos no ambiente político local, vale lembrar que Llosa (2001) estimou em US\$ 1 bilhão o montante de recursos recebidos por Vladimiro, a título de comissões, tráfico e contrabando. E mais, Llosa expressa toda a sua revolta com o ambiente político do seu país, porque o candidato oficial nas últimas eleições, o Economista Carlos Boloña, não se sentia co-responsável com os desmandos em seu país, dado que ele executava apenas funções técnicas. Na condição de ex-Ministro da Fazenda, Boloña exime-se de qualquer responsabilidade, porque o seu encargo de captar recursos é essencialmente uma função técnica.

Na Argentina, o Programa Condor II foi interrompido por pressão norte-americana, tendo em vista que a parceria para concretização da iniciativa colocava, na outra extremidade, nada mais nada menos do que Saddam Hussein. No Chile, Augusto Pinochet foi posto em prisão domiciliar ao final de janeiro do corrente ano. O cerne da questão estava centralizado na responsabilidade atribuída ao ex-ditador, como decorrência das atividades identificadas com a Caravana da Morte.

O Paraguai, desde o assassinato do Vice-Presidente Luís Maria Argaña em março de 1999, convive com um ambiente de instabilidade política permanente. Os seus prováveis assassinos, Luiz Alberto Rojas e Fidencio Vega, que estavam detidos na Argentina até setembro de 2000, fugiram da prisão da Polícia Federal da capital portenha em condições pouco esclarecidas. Rojas foi posteriormente capturado em Ciudad del Este, no início de novembro passado. Após a morte de Luis Maria Argaña, o Presidente Raul Cubas renunciou e foi substituído por Luiz Gonzáles Macchi como primeiro mandatário do Paraguai.

2 - A conjuntura econômica regional

2.1 - Alguns indicadores recentes

Os países da América Latina iniciaram o biênio 2000-01 com a perspectiva de crescimento médio de 4% ao ano, um desempenho insuficiente para as necessidades de geração de renda e absorção de mão-de-obra. Mas esse desempenho não estava assegurado, porque um período de incerteza começou a tomar forma a partir de outubro de 1999, como decorrência dos desequilíbrios presentes no comportamento da economia dos Estados Unidos. Aqui, os produtos agrícolas mantiveram-se deprimidos, e, segundo Ocampo (2000), para mudar o quadro atual, seria necessário que a região crescesse à taxa de 6% ao ano.

As estatísticas disponíveis para as principais economias da América Latina em junho de 2001, com informações acumuladas para períodos recentes, podem ser encontradas na Tabela 1.

Os indicadores presentes na Tabela 1 evidenciam que as principais economias da América Latina, com exceção do Equador, mantêm a inflação sob severo controle. Os patamares para a variação acumulada dos preços em 12 meses, até agosto, colocam o comportamento da inflação em situação semelhante àquela identificada pelo World Economic Outlook, edição de setembro de 2001, em que se constatou um decréscimo significativo do Índice dos Preços ao Consumidor (IPC) entre as economias emergentes.

Tabela 1

Indicadores econômicos recentes de países selecionados da América Latina

PAÍSES	INFLAÇÃO ACUMULADA ATÉ AGO/01 (12 meses) (%)	TAXA DE DESEMPREGO MENSAL (%)	SALDO DA BALANÇA COMERCIAL ACUMULADO ATÉ JUL/01 (US\$ milhão)
Argentina	-1,20	(1) 16,4	1 963
Brasil	6,41	(2) 6,2	34
Chile	3,80	(1) 9,8	1 316
Colômbia	8,03	(3) 18,6	-1 900
Costa Rica	11,43	(4) 5,2	-760
Equador	29,20	(2) 10,4	8
México	5,93	(2) 2,4	-4 555
Peru	1,37	(5) 9,5	-122
Uruguai	3,97	(3) 16,0	-487
Venezuela	12,86	(1) 13,1	6 476

FONTE: PULSO LATINO-AMERICANO (2001). Grupo Diários América, out.

(1) Maio/01. (2) Jul./01. (3) Jun./01. (4) Dez./01. (5) Ago./01.

O avanço do desemprego no mercado de trabalho e os déficits na balança comercial são dois pontos que apresentam extrema vulnerabilidade nas economias latino-americanas. A análise da terceira coluna da Tabela 1 permite constatar que a queda da inflação veio acompanhada da manutenção da taxa de desemprego de diversas economias em níveis críticos. Metade dos países analisados — Argentina, Colômbia, Equador, Uruguai e Venezuela — mantém a taxa de desemprego em nível acima de 10%, um sinal preocupante do ritmo de desaceleração da economia do continente. Da mesma forma que a informação referente à força de trabalho desempregada, também os dados da balança comercial não deixam margem ao otimismo para o desempenho do corrente ano. Colômbia, Costa Rica, México, Peru e Uruguai já conviviam com déficits comerciais, enquanto o Brasil e o Equador se mantinham, na ocasião, com um inexpressivo superávit. As exceções corriam por conta da Argentina e da Venezuela, que eram países produtores de petróleo.

2.2 - A crise econômica regional

A América Latina vive uma situação delicada. As crises têm atingido um maior número de países, e a intensidade das mesmas tem aumentado progressivamente. Na América do Norte, a economia dos Estados Unidos está no centro da desaceleração secular, o que leva a ameaça da recessão ao México. Esse país, que passou a conviver com novas perspectivas desde que o acordo

do NAFTA foi firmado, ressentindo-se das diferenças de desempenho econômico entre as regiões norte e sul do país; a primeira, mais integrada ao parceiro do norte, cresceu, enquanto a última ficou para trás. Atento à falta de sincronia do desenvolvimento interno, o Presidente Fox lançou, no mês de março passado, o Plano Plueba-Panamá. As obras de infra-estrutura foram a forma encontrada pelo Executivo para ligar o centro do país com o Panamá, na América Central. A iniciativa permite a criação de oportunidades de investimento, ao mesmo tempo em que viabiliza a integração da parte subdesenvolvida do seu território com o promissor mercado norte-americano.

Na América Central, El Salvador buscou uma solução para a crônica inflação. O presidente dominicano, que encerrou sua gestão no ano passado, está sendo acusado por corrupção. Na América do Sul, o Equador deu o calote. O Peru, imerso no terreno pantanoso deixado por Fujimori e Vladimiro Montesinos, busca recursos externos para visualizar uma saída para a sua economia. A Argentina acabou de ser resgatada — um passo além da blindagem, que foi medida adotada recentemente pelo Brasil. O peso chileno vem sendo golpeado, a partir dos desdobramentos da Argentina. O Uruguai e o Paraguai, assolados por queda na atividade econômica, encontram-se na dependência dos desdobramentos do cenário no Mercosul.

Enfim, empecilhos aqui, restrições acolá, eis a conjuntura adversa com que a América se depara no corrente ano. A fim de detalhar o quadro atual, procurou-se, nesta oportunidade, agrupar em dois títulos — a administração da dívida externa e a dolarização da economia — as situações mais críticas e afins de diversas economias do continente.

2.2.1 - A administração da dívida externa

As dificuldades dos países emergentes em honrar as suas dívidas levaram o Banco Mundial a tomar a iniciativa de oferecer garantia contra riscos de operações realizadas em dólares. Àqueles países que estavam propensos à desvalorização de suas moedas, mas cujas conjunturas não chegavam a afastar os investidores, o Banco ofereceu a possibilidade de cobrir riscos oriundos de financiamentos em moeda forte. Trata-se da criação de um mercado de *swap* cambial — a troca de um pagamento de uma para outra moeda.

A propósito, também o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) procurou contribuir com a recuperação da economia, introduzindo um novo mercado secundário na região, relacionado a títulos vinculados ao crédito imobiliário e que será acompanhado pela empresa de análise de risco Moody's. A implementação da iniciativa ocorrerá através da Corporação Interamericana de Investimentos (CII), uma subsidiária do BID, que já aprovou operações no valor de US\$ 11,5 milhões destinados ao Brasil e US\$ 8 milhões ao Chile.

A iniciativa do Banco Mundial, embora promissora, não alterou o quadro atual de dificuldades que os países enfrentam para honrar as suas dívidas. Quem sabe, o país que convive com um dos maiores tumultos políticos na América Latina durante o ano de 2001 seja o Equador. As causas próximas do momento atual retrocedem a 21 de janeiro de 2000, quando caiu o Presidente Jamil Mahuad, posteriormente substituído por seu Vice-Presidente, Gustavo Noboa, no cargo de primeiro mandatário do país. Pressionada por indígenas e articulada por militares, a queda de Mahuad deu-se após a declaração de moratória apresentada pelo Presidente em uma demorada entrevista concedida à televisão local.

No Peru, onde o pagamento da dívida externa representa uma quinta parte dos recursos alocados no orçamento nacional, a tarefa inicial do Presidente Paniagua consistiu em buscar apoio financeiro para fazer frente aos desembolsos no montante de dois bilhões de dólares, por conta de pagamentos aos credores internacionais.

Na Argentina, recém-empossado no cargo de Ministro da Economia da Argentina, Ricardo López Murphy, assumiu com a presença dos técnicos do FMI em Buenos Aires, para discutir um novo programa de ajuste da ordem de US\$ 1,5 bilhão. As dificuldades em cumprir esse programa exigiram novos ajustes, que também não foram concretizados e que resultaram em elevação do Risco-País. A posse de um novo ministro, Domingo Cavallo, trouxe consigo novas propostas para a economia argentina, que afetaram o Brasil e todas as economias do Mercosul. Com a elevação sistemática do Risco-País, Cavallo lançou um *canje*, uma permuta nas condições da dívida externa, e, dados os resultados limitados da medida perante as expectativas dos investidores, o ministro viu-se obrigado a recorrer a um programa denominado Déficit Zero, que implica a interrupção de recursos externos para cobrir as limitações financeiras do governo e da economia argentina.

Depois do México, a Argentina foi a segunda, entre as grandes economias, a obter a blindagem financeira que permite que o país possa contar com recursos externos para fechar as suas contas externas anuais. Para isso, é fundamental que o ajuste possa compensar o excesso de gastos do trimestre anterior, previsto no acordo com o FMI.

A fragilidade argentina prosseguiu contagiando a economia brasileira, fazendo com que as desvalorizações sucessivas do real alterassem o cenário otimista com o qual as autoridades econômicas do país iniciaram o exercício de 2001. E, assim, o Brasil viu-se obrigado a recorrer ao FMI, que resultou num empréstimo de US\$ 15 bilhões para fazer frente às adversidades que a conjuntura impunha à maior economia da América do Sul.

2.2.2 - A dolarização da economia

O ano de 2001 iniciou com a dolarização da economia de El Salvador, o terceiro país do continente a adotar a moeda norte-americana, uma medida aprovada pelo Poder Legislativo em novembro do ano passado. Anteriormente, o Panamá — à época da construção do Canal do Panamá — e o Equador já haviam procedido da mesma forma. Com a utilização da moeda norte-americana à taxa de 8,75 cólons por US\$ 1, o governo entende que está a sinalizar ao investidor externo de que a fragilidade da moeda salvadorenha passa a ser uma restrição do pretérito.

Porém a dolarização não parece ater-se apenas a esses países. A Guatemala optou por permitir que os salários sejam pagos em dólar e, mais do que isso, que as pessoas possam manter contas correntes em moeda dos Estados Unidos. E, segundo afirma Luhnnow (2001), três outros países — Costa Rica, Nicarágua e Honduras — já estão analisando a possibilidade de adotarem políticas semelhantes. Benefício? O autor destaca que o comércio entre países que utilizam a mesma moeda é três vezes maior do que entre aqueles que permanecem com as suas próprias unidades de troca.

Todavia, enquanto apenas 37% dos salvadorenhos se mostravam favoráveis à dolarização proposta pelo Presidente Francisco Flores, no Equador as manifestações de oposição à dolarização já representavam uma posição de confronto com a gestão do Presidente Gustavo Noboa. Aqui, a inflação elevada de janeiro de 2000 despencou e encontrava-se no patamar de 2,5% no último mês do ano passado. Na verdade, a economia equatoriana ressentia-se de um mau desempenho nos dois últimos exercícios: em 1999, o País deparou-se com os efeitos do El Niño sobre o Setor Primário e que levou a economia a apresentar uma queda superior a 7% no PIB; enquanto, em 2000, houve a crise maior que resultou em abrir mão do sucre como reserva de valor. A contrapartida de tamanha crise materializou-se no expressivo número de trabalhadores que abandonaram o País desde o ano de 1995 e que, segundo estimativas do órgão oficial de estatísticas, já representava cerca de 50% da força de trabalho equatoriana. As consequências do impasse podem ser avaliadas a partir da quantidade de desempregados equatorianos que se encontram na Espanha e nos Estados Unidos.

Já em meados do ano passado, a insatisfação no Equador decorria da dificuldade de aceitar um aumento nos combustíveis em um país que produz petróleo, com incremento no preço do transporte público para uma população que é pobre e com grande repercussão sobre o preço dos alimentos para uma sociedade que identifica a administração atual como gestora de uma política de fome no país. Não bastassem as dificuldades do governo, criou-se uma polêmica entre o governo e a oposição quanto à abertura do setor energético aos capitais privados. O governo apostava na aprovação, por decurso de prazo, da Lei de

Fomento aos Investimentos e à Participação Cidadã — a Lei Trole II —, que previa as condições em que se realizaria a transferência ao setor privado dos setores de petróleo e energia. O Congresso deixou passar o prazo de 30 dias, mas o governo não queria correr o risco de perder uma fonte adicional de receitas no mercado de petróleo, estimado em US\$ 3 bilhões para o próximo quinquênio. Paralelamente às dificuldades vigentes, o receituário da nova economia — e mais especificamente as privatizações — não recebeu a aprovação popular, seja pela falta de informação, seja pela reação à proposta neoliberal que a população é levada a associar. E, assim, o Equador, já inserido em um processo de dolarização da economia, incluiu, em sua estratégia de ação, um programa de modernização governamental.

Por fim, a Argentina é outro país em que o tema da dolarização se tornou recorrente. Redrado (2001) lembra que os argentinos convivem com o dilemas dos três “D”: *default*, desvalorização e dolarização. Ao mesmo tempo em que destaca que o *default* trará mais recessão e a desvalorização gerará caos e volta da inflação, o autor enfatiza que a dolarização não fará com que os produtos locais se tornem mais competitivos e também não afastará a possibilidade de uma cessação de pagamentos.

3 - A ALCA e a proposta 4 + 1

Originalmente, uma proposta do então candidato George W. Bush para o desenvolvimento do hemisfério enfatizava a necessidade da formação de microempresários em âmbito local. A par de destinar a importância de US\$ 100 milhões para utilização com futuros pequenos empresários, Bush reconhecia, também, a necessidade de combater a pobreza e, para tanto, pronunciou-se favoravelmente à troca de dívida por proteção às florestas.

Posteriormente, com a identificação do responsável pela política regional por parte do governo dos Estados Unidos, o foco foi sendo adaptado às condições vigentes na área. Robert Zoellick (2000a) — o nome escolhido pelo Presidente para o United States Trade Representative (USTR), que trata dos assuntos regionais — havia se manifestado, no final do ano passado, quanto à possibilidade de se criar uma Comunidade de Livre Comércio, que priorizava quatro pontos: o estímulo ao comércio, a integração empresarial, a harmonização de normas comerciais e a convergência de parâmetros de comportamento e educação. Mas Zoellick não se restringia às atividades de natureza econômica, porque os Estados Unidos estavam sujeitos à ação de organizações transnacionais de crime organizado. À medida que o continente não conseguisse frear essas iniciativas via democracia, tornavam-no alvo dos desajustes inerentes ao avanço das drogas.

No início de janeiro do corrente ano, o Deputado Jim Kolbe (R-A), eleito pelo Partido Republicano pelo Estado de Arizona, um *expert* em abertura comercial, previu que para o fim do ano em curso as limitações que emperravam o avanço da ALCA já estariam superadas. O avanço, para o antecessor de Robert Zoellick no USTR (Escritório Comercial dos Estados Unidos), significava a antecipação do prazo previsto na agenda de levar a cabo a área de livre-comércio somente no ano de 2005. Por outro lado, as limitações corriam por conta de trazer de volta o *fast track* — a via rápida — ao cerne do plenário político da América do Norte. E aí, segundo Kolbe, preponderou o fato de que diminuiu a diferença contra os democratas na Câmara dos Representantes, ao mesmo tempo em que um equilíbrio no Senado teria o voto de minerva do Vice-Presidente Dick Cheney a favor da implementação da via rápida. Quanto aos conflitos comerciais propriamente ditos, que transcendiam a experiência do deputado do Arizona, ele mantinha preocupações em torno do aço, dos intermediários financeiros e do Setor Primário da economia.

A presença brasileira no ambiente da ALCA materializou-se a partir do convite formulado pelo Presidente George W. Bush ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para um encontro em Washington, visando antecipar em um semestre o final da gestão equatoriana na direção das negociações voltadas para a concretização da área de livre-comércio. Liberada a condução máxima do processo em curso, ficaria com o Brasil e com os Estados Unidos a responsabilidade de gerenciar as ações da área no biênio que se estende até o final do ano 2004. Quanto ao mérito, a administração Bush pregava a liberalização comercial, ao passo que a posição brasileira — notadamente apologista de uma agenda mais ampla — se opunha à antecipação do prazo, devido à complexidade de criar um ambiente adequado para negociar, por exemplo, regras e preferências comerciais, em nível de produto, em prazo tão exíguo.

Afinal, dentro da grande expectativa vigente, os Presidentes Bush e Cardoso reuniram-se em Washington, no dia 30 de março passado. De concreto, debateram democracia, narcotráfico, guerrilhas, Amazônia, comércio e crise argentina; o tema mais aguardado — as divergências comerciais entre os dois países — não foi abordado, e a controvérsia em torno do prazo para a ALCA nem mesmo foi lembrada. E, assim, sobrou a frustração da perda da oportunidade de abrir as negociações sobre a legislação “antidumping” que tanto prejudica o Brasil, de avaliar as possibilidades da aprovação do *fast track*, a via rápida — a nova denominação passou a ser *Trade Promotion Authority* —, e de avançar em temas controvertidos como o do aço, dos subsídios agrícolas e o das barreiras aos produtos agroindustriais. A mudança na estratégia do Governo brasileiro pode ter decorrido pela divulgação — inadequada — de uma correspondência do Departamento de Estado dos Estados Unidos em que defendia a antecipação do prazo para a ALCA. Os analistas internacionais acreditam que as divergên-

cias sobre os prazos para a área de livre-comércio representam, de fato, a falta de um acordo dentro da própria equipe do Presidente Bush. Automaticamente, o Chile, que pretendia também a antecipação do prazo para 2003, voltou atrás em sua posição e alinhou-se com o Brasil, defendendo o exercício de 2005. Por fim, a decisão ministerial de Buenos Aires, realizada em 7 de abril deste ano, fixou a data de 1º de janeiro de 2006 para início efetivo da Área de Livre Comércio das Américas, terminando, assim, com a assinatura de 34 países-membros, a polêmica em torno da integração continental. A partir de então, até o ano 2015, quase a totalidade do comércio regional estará sob a égide da tarifa zero; o complemento, ou seja, cerca de 15% da corrente de comércio terão até 2021 para se ajustarem à decisão ministerial.

Na verdade, há um amplo espaço para crescimento da corrente de comércio da América Latina, do Mercosul e, em particular, do Brasil com o NAFTA, como decorrência da criação da ALCA. Especialistas têm enfatizado a carência de informações específicas para a tomada de decisão no ambiente da ALCA. No ano 2000, segundo Sotero (2001a), o NAFTA liderou o fornecimento aos Estados Unidos com US\$ 13,7 trilhões de dólares, seguido da União Européia e da Ásia, com US\$ 8,1 trilhões e US\$ 5,8 trilhões respectivamente. A América do Sul e o Mercosul, com participações de US\$ 4,8 trilhões e US\$ 1,9 trilhão respectivamente, representam a parcela menor do promissor mercado. Inclusive, devido a todas as dificuldades presentes no Mercosul, o crescimento desse mercado no período 1998-00, quando comparado ao triênio 1989-91, foi o menor (US\$ 113 milhões) entre todos aqueles realizados pelas áreas que intercambiam comercialmente com os Estados Unidos; parte da explicação para o resultado obtido pode ser encontrada na presença brasileira, que evidenciou uma queda de US\$ 148 milhões para o referido período em estudo.

A tentativa de avançar nas negociações com o Brasil levou Robert Zoellick a definir os três pontos que julgava como fundamentais na estratégia a ser adotada entre as partes. Em primeiro lugar, não há empecilho entre o acordo geral de todos os países concomitantemente à existência de acordos bilaterais; em segundo lugar, os membros que se atrasarem ficarão fora da área, e, por último, as nações diminutas que há mais de uma década permanecem no *stop and go* teriam, desta feita, um apoio e um impulso firme para o crescimento das suas economias.

Antes de descrever a proposta 4 + 1, deve-se ter presente que, em paralelo à aproximação do Mercosul com os Estados Unidos, também a Europa buscava articular-se com a América Latina. Solana (2001), ao realizar uma análise do relacionamento da União Européia com o Grupo do Rio ao longo de um decênio, lembrou que a aproximação começou há uma década — por ocasião da declaração de Roma —, quando as partes se comprometeram a reunir esforços para reduzir as barreiras comerciais. Desde então, criaram-se um acordo de associação econômica com o México e preferências aos produtos primários e da

indústria com origem na América Central e nos Países Andinos. Depois, na Cimeira realizada no Rio de Janeiro, a União Européia e a América Latina e Caribe, se concebeu uma associação estratégica para o século atual. E, assim, Javier Solana conclui que, atualmente, é preciso consolidar os eixos da estratégia comum: o da cooperação, o político e o econômico.

As divergências quanto à funcionalidade da ALCA levaram o governo dos Estados Unidos a propor uma nova opção para a integração do Mercosul — os quatro países — com a economia norte americana — o mais um. As limitações, todavia, já estão internalizadas dentro do próprio Cone Sul. A decisão argentina da quebra unilateral da Tarifa Externa Comum (TEC) exigiu que as autoridades brasileiras — através de uma manifestação do Ministro José Botafogo Gonçalves —, no encontro do Grupo Mercado Comum, realizado em Assunção, no final de março do corrente ano, expressassem a preocupação quanto ao futuro do mercado regional. O consentimento do lado brasileiro quanto à excepcionalidade da medida adotada pelos parceiros do Prata ficou condicionado à temporalidade e ao curto prazo da vigência da mesma. Simultaneamente, o secretário da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), Rubens Ricúpero, sugeriu reciprocidade, ou seja, compensação à indústria brasileira via balança comercial. A questão da TEC gerou uma controvérsia local, ao mesmo tempo em que criou um impasse na implementação da proposta 4 + 1, tudo porque ela pressupõe que o 4 representa um bloco consolidado. O desdobramento dos fatos, todavia, tende a provar exatamente o contrário.

4 - Conclusões

Para avaliar a importância da América Latina em termos da dimensão econômica, cabe lembrar uma análise feita por Iglesias (1975), em que o mesmo afirma que a economia da região cresceu quase quatro vezes ao longo do terceiro quarto do século XX, com o PIB apresentando um avanço — em dólares de 1970 — de US\$ 60 bilhões em 1950 para US\$ 220 bilhões em 1975. E mais, o tamanho do Produto da América Latina em 1975 era equivalente ao da Europa de 1950. Foi um período importante para a região, tendo em vista que os níveis de produção de aço, de cimento, de energia e de máquinas e equipamentos cresceram 15, oito, seis e nove vezes respectivamente.

Na ocasião, se a economia latino-americana mantivesse o desempenho desse período, estimar-se-ia que a sua dimensão em 1985 equivaleria àquela correspondente à do Velho Continente do início dos anos 60, ou seja, quando o processo da integração — via comunidade econômica — começava a tomar forma. Todavia aí vieram as décadas perdidas, a crise das dívidas e, mais recentemente, as corridas especulativas contra as moedas de diversos países.

O escritor argentino Ariel Dorfman, chileno por naturalização, ao ser questionado quanto à afirmativa do presidente mexicano Vicente Fox de que este seria o século da América Latina mostrou-se dubio. Não foram essas propriamente as palavras proferidas por Dorfman, porém o sentido bem que poderia ser endossado pelo escritor: o continente chegou demasiadamente tarde ao cenário, o papel que lhe é destinado é de ator secundário, e o desempenho do mesmo está aquém das exigências da platéia. Ao mesmo tempo, e aí está a dubiedade, Dorfman é otimista com relação à região à medida que crê que a população conta com uma dose estocada de criatividade, democracia e humor, que, devidamente coordenada, pode apresentar resultado surpreendente. A restrição corre por conta da vinculação que ele fixa entre os desdobramentos da crise interna e o panorama econômico mundial: é preciso que a região desenvolva a riqueza interna e solucione a cultura política da impunidade, mas, ao mesmo tempo, é imprescindível que, em nível global, haja uma compreensão de que a solução de problemas constantes na agenda do Primeiro Mundo — imigração ilegal, drogas, ozônio, oxigênio, dentre outros — passa por uma solução no âmbito da América Latina.

Maior ou menor otimismo com relação ao território não impede que dois problemas ocupem a atenção dos agentes econômicos na região: dívida externa e dolarização. Na conjuntura atual, em uma extremidade encontra-se o Equador, que partiu para o calote da dívida — a posição do FMI foi altamente questionada na época — e chegou à dolarização. A propósito, o Professor da Universidade John Hopkins de Baltimore, Steve H. Hanke, acredita que a dolarização possa ser uma alternativa para os países da América Latina, mesmo porque, em duas décadas, as notas verdes norte-americanas estarão em curso em todo o mundo, exceção a alguns espaços reservados ao euro e ao iene. O dólar é a moeda saudável e avançará na América Latina, ficando de fora apenas do Brasil, diz o Professor Hanke, porque este último terá dificuldade de levar adiante as suas intenções de natureza política caso optar pela dolarização. Na outra extremidade, encontra-se a Argentina, entre o *default*, a desvalorização ou a dolarização; e, conforme citado anteriormente, uma dolarização para a Argentina não alteraria a competitividade do produto local e nem afastaria a possibilidade da cessação de pagamentos.

Com relação à ALCA, a posição brasileira pode ser obtida a partir da manifestação do ex-Chanceler Luiz Felipe Lampréia, responsável pela política externa brasileira durante os últimos seis anos. Ele identifica dois avanços recentes que criaram melhores condições de o Brasil se inserir na ALCA: alguns setores prepararam-se, adequadamente, para conviver com um ambiente mais competitivo, e houve uma redução do Custo Brasil, via investimentos em infra-estrutura. Os segmentos que estariam melhor preparados incluem os calçados, os brinquedos, os produtos têxteis e o papel, enquanto a moderni-

zação de portos e de rodovias contribuiria para diminuir as desvantagens que os empreendimentos nacionais apresentam perante a concorrência. O contraponto à posição de Lampréia é dado pela opinião do Embaixador Samuel Guimarães — exonerado, no início de abril, do cargo de diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Itamaraty pelo Ministro Celso Lafer —, que defende a tese de que a ALCA irá eliminar qualquer possibilidade de se criar uma estratégia desenvolvimentista nacional. Guimarães considera ingenuidade pensar na eliminação da rede protecionista do mercado norte-americano a partir da ALCA. O argumento do Embaixador decorre da relação existente entre os setores da economia dos Estados Unidos e a sua representatividade no congresso daquele país. Há um encadeamento entre interesses políticos e atividade econômica que torna quase impossível romper com essa articulação.

Especificamente com relação ao Brasil, um país “baleia” como a China, nos termos de Pinheiro (2001), é fundamental que a nação especifique prioridades internas, estabeleça estratégia externa, amplie ocupação de espaços e, mais do que tudo, implemente estratégias exeqüíveis. A ALCA deve ser internalizada nesse ambiente político, porque, certamente, ela norteará o caminho à frente de quantos estejam interessados em projetar o futuro da América Latina.

Quanto ao 4 + 1, ao final do encontro de Buenos Aires em abril, ficaram consolidadas algumas vantagens para o Mercosul e outras para os Estados Unidos. Do lado do extremo sul, os benefícios começam com o prazo para início da ALCA, a fixação da data para abril do próximo ano e prosseguem com o inventário das medidas não-tarifárias, e com a harmonização dos subsídios internos e a eliminação daqueles relacionados aos produtos de exportação agrícola; no que tange aos Estados Unidos, há o compromisso de inserir o meio ambiente nas negociações continentais, ao mesmo tempo que não há qualquer flexibilização referente à rigorosa lei “antidumping”, uma das principais preocupações das demais nações latino-americanas.

Para encerrar, é preciso ter presente que a desaceleração da economia norte-americana, aliada à recessão japonesa e ao impacto sobre as atividades econômicas na União Européia, criou um ambiente econômico diferenciado. A ordem econômica resultante do final da Guerra Fria e do início da Nova Economia levaram à reestruturação da economia mundial, ao mesmo tempo em que o comportamento dos ciclos vigentes na economia internacional está, em conjunto, configurando o cenário com o qual os agentes econômicos deverão conviver e tomar as suas decisões no curto prazo. Por fim, é preciso estar atento aos desdobramentos da conjuntura, sem esquecer, todavia, que uma nova ordem econômica internacional se encontra em fase de estruturação.

Bibliografia

- AITH, Marcio et al. (2001). FHC e Bush “esquecem” o prazo da Alca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 mar., p. B6.
- AITH, Márcio et al. (2001a). Disputa na gestão Bush “mela” acordo da Alca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 abr., p. A7.
- CAMAROTTI, Gerson (2001). Foi uma “conversa ampla” sobre a América Latina. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 mar., p. B13.
- CARI, Traci (2001). Governo Fox volta-se para o extremo sul. **Gazeta Mercantil**, 13 mar., p. A20.
- CATANHEDE, Elaine (2000). Diplomacia brasileira torce por Chávez. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jul., p. A16.
- CHÁVEZ dá quatro dias de festa por dois anos no poder (2001). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 fev., p. A10.
- COLÔMBIA abre nova frente de paz (2000). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 jul., p. 12.
- DEFESA de Pinochet recorre; general está “desanimado”, diz porta-voz (2001). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 fev., p. A10.
- DEX, Rachel (2001). Metade da mão-de-obra equatoriana deixou o país. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 13 mar., p. A20.
- DUALIBI, Julia (2001). Brasil só tem a perder com a Alca, afirma embaixador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 abr., p. B#.
- EL SALVADOR inicia 2001 com economia dolarizada. (2001). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2 jan., p. A12.
- EQUADOR abre o setor energético a estrangeiros (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 ago., p. A16.
- FARC aceitam dialogar, mas só no dia 8 (2001). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 fev., p. A10.
- FERRARI, Livia (2001). Acordo de livre comércio das América só em 2006. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 9 abr., p. A11.
- FUENTES, Carlos (2001). Mazelas sociais ameaçam democracia na AL. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jan., p. A9.
- GOITIA, Wladimir (2001). Chile recua da data e agora quer Alca em 2005. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 abr., p. B3.

- GRINBAUM, Ricardo (2001). Empresas brasileiras podem ser proibidas de voar nos EUA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar., p. B3.
- IGLESIAS, Henrique V. (1975). **América Latina: el nuevo escenario regional y mundial**. Santiago de Chile: Cepal. 51 p. (Cuadernos de la CEPAL).
- LEITE, Paulo Moreira (2001). Alca se resolve até dezembro, diz deputado. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 jan., p. A4.
- LEITE, Paulo Moreira (2001a). Bush escolhe moderado para a Alca. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 jan., p. A4.
- LEITE, Paulo Moreira (2001b). Zoellick avança sua estratégia para a Alca. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 30 mar., p. A12.
- LEITE, Paulo Moreira (2001c). Dolarização pode ser alternativa para latinos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 9 abr., p. A18.
- LLOSA, Mario Vargas (2001). Milênio devolve aos peruanos liberdade perdida. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 jan., p. A18.
- LUHNOW, David (2001). Dólar está longe de tornar-se o euro dos latinos: Brasil e México resistem. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jan., p. B9.
- MADERA, Suzana (2001). Aumento dos preços dos alimentos agitam o Equador. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2 jan., p. A12.
- MALTA, Cynthia et al. (2001). BID estimula expansão de crédito imobiliário. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 mar., p. B2.
- MARQUIS, Christopher (2001). Governadores alertam contra fumigação de coca. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 mar., p. A18.
- MONTANER, Carlos Alberto (2001). Bush perante Chávez. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 dez., p. A2.
- MOREIRA, Assis (2001). Ricúpero propõe compensação à indústria. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 mar., p. A5.
- MORTOS em terremoto podem passar de mil (2001). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jan., p. A12.
- OCAMPO, José Antonio (2000). Crise social dos 80 ainda não foi superada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º jan., p. B4.
- PARA Dorfman, criatividade e humor ajudam a região (2001). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jan., p. A9.
- PASTRANA deve prorrogar hoje zona das Farc (2001). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jan., p. A11.

PASTRANA se diz pronto para “guerra ou paz” (2001). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 fev., p. A11.

PEREIRA, Antonio Carlos et al. (2001). Seis anos que revolucionaram a política externa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 jan., p. B6.

PFEIFER, Ismael (2001). Argentina, turbulenta espera pacote e aval do FMI. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 13 mar., p. A20.

PFEIFER, Ismael (2001a). Quebra da TEC será aceita só no curto prazo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 mar., p. A5.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (2001). Política externa: amplia espaços. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan., p. A3.

PULSÔMETRO (2001). **Pulso Latino-americano**, Grupo Diários América, p. 11, out.

REDRADO, Martin (2001). Argentina y el dilema de las tres “D”; <http://www.cnnspanol.com/2001/econ/10/12/redrado/index.html>

REID, Michael (2001). Colômbia: entraves ao processo de paz. **Valor**, 17 jan., p. A2.

SANTOS, Boaventura de Souza (2001). O Plano Colômbia e a União Européia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jan., p. A3.

SCHWARTZ, Emily (2001). Emily vai alterar política de crédito. **Valor**, 15 jan, p. C5.

SMITH, Michael (2001). Ressuscitar a economia peruana não parece tarefa fácil. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 31 jan., p. A11.

SOLANA, Javier (2001). Europa e América Latina: uma visão comum. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º abr., p. A3.

SOTERO, Paulo (2001). Brasil e EUA perto de acordo sobre a ALCA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 mar., p. B12.

SOTERO, Paulo (2001a). Economista sugere prioridade agrícola da ALCA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 mar., p. B14.

WASSERMANN, Rogério (2001). Chavez e Pastrana tentam acalmar tensões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 mar., p. A11.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK (2001). Washington, D.C., International Monetary Fund, Sep.

ZOELLICK, Robert B. (2000). Influência latino-americana enriquece EUA. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 dez., p. A12.

ZOELLICK, Robert B. (2000a). Livre comércio é base para novas relações. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 dez., p.13.